

Consulta Prévia CP Nº 22/DAF/2024
Aquisição de serviços para a elaboração
do projeto de Requalificação de Muralhas e acessos do Castelo de
Miranda do Douro

CADERNO DE ENCARGOS

dezembro de 2024



Índice

CADERNO DE ENCARGOS	1
PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS	1
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	1
Cláusula 1. ^a Objeto do procedimento	1
Cláusula 2. ^a Contrato	1
Cláusula 3. ^a Prazo	2
Cláusula 4. ^a Preço base	2
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	2
Cláusula 5. ^a Principais obrigações do prestador de serviços	2
Cláusula 6. ^a Constituição da equipa projetista	2
Cláusula 7. ^a Faseamento da prestação do serviço	3
Cláusula 8. ^a Forma de prestação do serviço	3
Cláusula 9. ^a Prazo de prestação do serviço	4
Cláusula 10. ^a Responsabilidade por erros e omissões do projeto	4
Cláusula 11. ^a Receção dos elementos a produzir ao abrigo do Contrato	4
Cláusula 12. ^a Transferência da propriedade	6
Cláusula 13. ^a Direito de autor	6
Cláusula 14. ^a Informação e sigilo	6
CAPÍTULO III OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	6
Cláusula 15. ^a Gestão do Contrato	6
Cláusula 16. ^a Responsabilidades do Município de Miranda do Douro	7
Cláusula 17. ^a Elementos a fornecer pelo Município de Miranda do Douro	7
Cláusula 18. ^a Pagamento do preço contratual	7
Cláusula 19. ^a Condições de pagamento	8
CAPÍTULO IV PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	9
Cláusula 20. ^a Penalidades contratuais	9
Cláusula 21. ^a Força maior	10
Cláusula 22. ^a Resolução por parte do Município de Miranda do Douro	11
Cláusula 23. ^a Resolução por parte do prestador de serviços	11
CAPÍTULO V CAUÇÃO E SEGUROS	13
Cláusula 24. ^a Caução	13
Cláusula 25. ^a Seguros	13
CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS	13
Cláusula 26. ^a Subcontratação e cessão da posição contratual	13
Cláusula 27. ^a Comunicações e notificações	13
Cláusula 28. ^a Contagem dos prazos	14
Cláusula 29. ^a Alteração ao Contrato	14
Cláusula 30. ^a Resolução de litígios e foro competente	14
Cláusula 31. ^a Legislação aplicável	14
PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS E ESPECIAIS	1
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	1
Cláusula 1. ^a Objeto da intervenção	1

Cláusula 2.ª Local de intervenção	1
Cláusula 3.ª Descrição da intervenção	1
Cláusula 4.ª Elementos a fornecer pelo Município de Miranda do Douro	2
Cláusula 5.ª Constituição da equipa projetista	3
Cláusula 6.ª Faseamento do projeto	4
Cláusula 7.ª Forma de prestação do serviço	6
Cláusula 8.ª Revisão do projeto	6
Cláusula 9.ª Análise e aprovação do projeto	7
Cláusula 10.ª Modo de apresentação do projeto	7
Cláusula 11.ª Trabalhos ou serviços complementares	8
Cláusula 12.ª Apreciação e certificações de projeto	8
CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES ESPECIAIS	8
Cláusula 13.ª Orientações conceptuais	8
Cláusula 14.ª Condicionantes conceptuais	9
Cláusula 15.ª Resíduos de construção e demolição	9

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª Objeto do procedimento

1. O presente Caderno de Encargos compreende as Cláusulas a incluir no Contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual por Consulta Prévia, a adotar ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, que tem por objeto a aquisição de serviços para a **“Elaboração do Projeto de Requalificação de Muralhas e Acessos do Castelo de Miranda do Douro, em Miranda do Douro”**, de acordo com as Cláusulas Técnicas Especiais descritas neste Caderno de Encargos e restantes peças do procedimento.
2. O objeto do Contrato insere-se, para efeito de classificação, conforme vocabulário comum para contratos públicos (CPV), no código 71242000-6 (Preparação de Projeto e Conceção, Estimativa e Custos), de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008.

Cláusula 2.ª Contrato

1. O Contrato a celebrar é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) o presente Caderno de Encargos;
 - d) a proposta adjudicada;
 - e) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma.

Cláusula 3.ª Prazo

O Contrato produz efeitos, à data da sua celebração por escrito, mantendo-se em vigor pelo prazo máximo de **3 anos**, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Cláusula 4.ª Preço base

1. Pela prestação do serviço objeto do Contrato a celebrar, o Município de Miranda do Douro dispõe-se a pagar o preço base de **21.750,00€** (vinte e um mil setecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sendo este entendido como o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do Contrato.
2. O valor base referido no ponto anterior, nos termos do nº 3 do artigo 47º do CCP, foi fixado com base na consulta preliminar efetuada ao mercado, nos termos do artigo 35º A do CCP efetuada pelos serviços requisitantes, com vista à recolha de estimativa orçamental para os serviços a prestar.

CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Cláusula 5.ª Principais obrigações do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação de entrega do trabalho em conformidade com a proposta aprovada.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. O prestador de serviços obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de instrumentos de gestão territorial, dos regimes jurídicos das servidões e restrições de utilidade pública incidentes sobre a área objeto de intervenção, e das normas técnicas de construção.
4. O prestador de serviços assume integral responsabilidade pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante a Entidade Adjudicante pela boa prestação de serviços.
5. As ações de supervisão e/ou aprovação da Entidade Adjudicante em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do prestador de serviços no que se refere à prestação de serviços.

Cláusula 6.ª Constituição da equipa projetista

1. Para a realização da prestação de serviços, o prestador de serviços deverá constituir uma equipa de projeto multidisciplinar, designada por equipa projetista, constituída pelo

coordenador de projeto e pelos técnicos autores que assegurem as especialidades necessárias à elaboração dos estudos que constituirão o projeto, nos termos indicados na cláusula 4.^a das Cláusulas Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos.

2. A equipa projetista referida no número anterior deve observar o estipulado na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, republicada e alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, na redação atual, e demais legislações aplicáveis quanto à qualificação dos respetivos técnicos autores.

Cláusula 7.^a Faseamento da prestação do serviço

1. Os serviços objeto do Contrato correspondem ao desenvolvimento do Projeto de Requalificação das Muralhas e Acessos do Castelo de Miranda do Douro, em Miranda do Douro, descrito pelo Gabinete de Planeamento, Desenvolvimento e Controlo do Município, e apresentado na 3.^a cláusula das Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos, e devem dar cumprimento ao disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, sem prejuízo de outros elementos considerados adequados pelo projetista ou constantes de regulamentação específica aplicável.

2. Os serviços objeto do Contrato compreendem as seguintes três fases indicadas na cláusula 5.^a das Cláusulas Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos:

- a) Fase 1 - Anteprojeto/Licenciamento [AP];
- b) Fase 2 - Projeto de Execução [PE];
- c) Fase 3 - Assistência Técnica [AT].

3. Em cada uma das três fases, devem ser relatados e discriminados os principais acontecimentos e atividades ocorridos no respetivo desenvolvimento e eventuais consequências nos resultados do projeto, através do relatório produzido pelo prestador de serviços e referido no número 4 da cláusula 7.^a das Cláusulas Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos.

Cláusula 8.^a Forma de prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do Contrato, o Município de Miranda do Douro, promoverá reuniões regulares de acompanhamento com o prestador de serviços, nas quais este deverá ser representado pelo coordenador de projeto, acompanhado por membros da equipe projetista, sempre que tal se demonstre necessário ou aconselhável, com periodicidade quinzenal ou outra adequada ao desenvolvimento dos trabalhos em curso, das quais deve ser lavrada ata, a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2. O calendário das reuniões previstas no número anterior será estabelecido no arranque de cada fase, com agenda prévia para cada reunião.

3. O prestador de serviços fica ainda obrigado a apresentar ao Município de Miranda do Douro, sempre que por este seja solicitado, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e onde seja evidenciado o cumprimento de todas as obrigações emergentes do

Contrato.

4. No final da execução do Contrato, o prestador de serviços deve elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do Contrato.

5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 9.ª Prazo de prestação do serviço

1. O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos na Cláusula 5.ª das Cláusulas Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos, de acordo com as seguintes fases e prazos:

- a) Fase 1, no prazo de 30 (trinta) dias após a 1.ª reunião de acompanhamento a realizar no prazo de 5 dias, a contar da data de celebração do Contrato;
- b) Fase 2, no prazo de 60 (sessenta) dias após a 1.ª reunião de acompanhamento a realizar no prazo de 10 dias, a contar da data de comunicação da aprovação da fase anterior;
- c) Fase 3, desde a fase do procedimento de formação do Contrato, até à Receção Provisória da Obra de acordo com a Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, no âmbito das várias especialidades envolvidas, incluindo declarações de conformidade ou telas finais para efeitos de conclusão do processo de licenciamento.

2. Os prazos previstos no n.º 1 da presente Cláusula podem ser prorrogados por iniciativa do Contraente Público ou a requerimento do Prestador de Serviços, desde que devidamente fundamentados, ou na sequência da ocorrência de um motivo de força maior ou facto alheio à responsabilidade do Prestador de Serviços, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 97.º do CCP.

3. Os prazos previstos para efeitos de execução do presente Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

4. Quando o último dia do prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços da entidade adquirente, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o 1.º dia útil subsequente.

Cláusula 10.ª Responsabilidade por erros e omissões do projeto

No caso de erros e omissões decorrentes de incumprimento de obrigações de conceção, deve o Município de Miranda do Douro ser indemnizado, conforme previsto nos números 6 e 7 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 11.ª Receção dos elementos a produzir ao abrigo do Contrato

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da entrega dos elementos referentes à Fase 1 - Anteprojecto e Licenciamento, o Município de Miranda do Douro procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos

nas Cláusulas Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos, bem como outros requisitos exigidos por lei, independentemente à tramitação dos processos de obtenção de parecer, certificações e licenciamento.

2. A aprovação da fase de Anteprojeto e Licenciamento pelo Município de Miranda do Douro ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias após a obtenção do último parecer favorável, certificação ou aprovação dos processos de licenciamento.

3. No prazo de 10 (dez) dias a contar da entrega dos elementos referentes à Fase 2 - Projeto de Execução, o Município de Miranda do Douro procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos, bem como outros requisitos exigidos por lei.

4. Nas análises a que se referem os números anteriores, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Miranda do Douro toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

5. Casos as análises do Município de Miranda do Douro, a que se referem os números 1 e 3 da presente cláusula, comprovem a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos, deve ser promovida pelo Município de Miranda do Douro a respetiva aprovação formal no prazo máximo de 5 (cinco) dias, emitindo a respetiva declaração de aceitação.

6. Casos as análises do Município de Miranda do Douro, a que se referem os números 1 e 3 da presente cláusula, comprovem a existência de situações de não conformidade dos elementos entregues com as exigências legais ou programáticas, ou caso existam discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos, o Município de Miranda do Douro deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.

7. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo de 15 (quinze) dias, se este não for superior ao prazo definido pelas entidades externas, às alterações necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos no âmbito do que foi contratado.

8. Após a entrega das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, o Município de Miranda do Douro procede a nova análise, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos referidos.

9. Com o Projeto de Execução, e após a análise referida no n.º 3 da presente cláusula, o Município de Miranda do Douro poderá submeter os projetos a revisão, por uma equipa a indicar por este, nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos.

10. As aprovações a que se refere o n.º 5 da presente cláusula não implica a aceitação, por parte do Município de Miranda do Douro de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Cláusulas Técnicas Especiais

deste Caderno de Encargos.

Cláusula 12.ª Transferência da propriedade

Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 5 da cláusula anterior, ocorre para o Município de Miranda do Douro a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do Contrato.

Cláusula 13.ª Direito de autor

1. É garantida a proteção do Direito de Autor e a divulgação pelo Município de Miranda do Douro dos estudos e projetos produzidos no âmbito da prestação de serviços, nos termos do disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, na redação atual, e na demais, legislação aplicável.
2. O prestador de serviços garante que todos os documentos que são produzidos em cumprimento do presente Caderno de Encargos e do Contrato de prestação de serviços não violam direitos de autor de terceiros ou qualquer outro direito de propriedade intelectual ou industrial.

Cláusula 14.ª Informação e sigilo

1. O prestador de serviços e a entidade adjudicante devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 (dez) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CAPÍTULO III OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 15.ª Gestão do Contrato

O Município de Miranda do Douro designará um Gestor do Contrato, para os efeitos e com as atribuições estatuídas no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que terá por incumbência, entre outras, assegurar as relações correntes entre o Município de Miranda do

Douro e o prestador de serviços, no âmbito da execução do Contrato.

Cláusula 16.ª Responsabilidades do Município de Miranda do Douro

1. O Município de Miranda do Douro, enquanto Entidade Adjudicante, deverá assumir todas as responsabilidades, cumprindo com todas as suas obrigações contratuais, de acordo com o estipulado no artigo 18.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, republicada e alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho.
2. O Município de Miranda do Douro, enquanto Entidade Adjudicante, deverá assumir as suas obrigações de acordo com artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, com exceção da elaboração, em fase de projeto, do Plano de Segurança e Saúde, cuja responsabilidade é atribuída ao prestador de serviços.
3. São responsabilidade do Município de Miranda do Douro todos os encargos com taxas, incluindo as referidas no n.º 2 da Cláusula 11.ª das Cláusulas Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos.

Cláusula 17.ª Elementos a fornecer pelo Município de Miranda do Douro

1. O Município de Miranda do Douro, para além dos elementos constantes das Cláusulas Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos fornecerá, se necessário, todas as informações com relevância para a elaboração dos projetos.
2. O Município de Miranda do Douro fornece a descrição dos objetivos do Projeto de Requalificação de muralhas e acessos ao Castelo de Miranda do Douro, elaborado pelo Gabinete de Planeamento, Desenvolvimento e Controlo, apresentado na 3.ª cláusula das Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos.
3. O Município de Miranda do Douro proporcionará, sempre que possível, apoio ao prestador de serviços, tomando as diligências que lhe sejam indicadas pelo mesmo, como sejam pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com as entidades envolvidas no processo de aprovação do Projeto.

Cláusula 18.ª Pagamento do preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Miranda do Douro pagará ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. A proposta a apresentar pelo adjudicatário não poderá exceder o preço máximo referido na cláusula 4.ª das Cláusulas Jurídicas deste Caderno de Encargos e que corresponde ao preço base deste procedimento, e deverá discriminar os valores em número e por extenso, com e sem IVA, globalmente.
3. O valor a que se refere o n.º 1 da presente cláusula é dividido pelas diferentes fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:

a) 50 % do valor total adjudicado, relativo ao Anteprojeto/Licenciamento (Fase 1), a pagar em 2 (duas) parcelas:

- i) a primeira, no valor correspondente a 35 % do valor total adjudicado, com a sua entrega ao Município de Miranda do Douro (Parcela 1.A); e
- ii) a segunda, no valor correspondente a 15 % do valor total adjudicado, com a aprovação do Anteprojeto pelo Município de Miranda do Douro, e dos projetos de Licenciamento por parte das entidades competentes (Parcela 1.B);

b) 40 % do valor total adjudicado, relativo ao Projeto de Execução (Fase 2), a pagar em 2 (duas) parcelas:

- i. a primeira, no valor correspondente a 30 % do valor total adjudicado, com a sua entrega ao Município de Miranda do Douro (Parcela 2.A); e
- ii. a segunda, no valor correspondente a 10% do valor total adjudicado, com a aprovação da versão final do Projeto de Execução, após a realização de todas as alterações decorrentes da eventual revisão de projeto (Parcela 2.B);

c) 10 % do valor total adjudicado, relativo à Assistência Técnica (Fase 3), a pagar em 3 (três) parcelas:

- i. a primeira, com a consignação da obra, no valor correspondente a 3 % do valor total adjudicado (Parcela 3.A);
- ii. a segunda, quando decorrido metade do prazo previsto para a execução da obra, no valor correspondente a 3 % do valor total adjudicado (Parcela 3.B); e
- iii. a terceira, com a aprovação das telas finais e com a entrega do relatório final da prestação de serviços, no valor correspondente a 4 % do valor total adjudicado (Parcela 3.C).

4. Caso a duração da obra exceda em mais de 60 dias o prazo fixado inicialmente no Contrato de empreitada, o Município de Miranda do Douro terá que pagar ao prestador de serviços os honorários e deslocações no âmbito de serviços adicionais ou complementares à assistência técnica, montante este que terá como limite máximo o valor correspondente à parcela referida na subalínea iii) da alínea c) do número anterior.

5. Os preços referidos nos números anteriores desta cláusula incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação, e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 19.ª Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Miranda do Douro, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município de Miranda do Douro das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a declaração de

aceitação pelo Município de Miranda do Douro, ou 30 (trinta) dias após entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do Contrato, caso esta não tenha sido emitida, desde que por facto imputável ao Município de Miranda do Douro.

3. Em caso de discordância por parte do Município de Miranda do Douro, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, num prazo não superior a 30 dias, de acordo com o n.º 2 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 da presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária para a conta com o IBAN indicado pelo prestador de serviços e constante do Contrato.

CAPÍTULO IV PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 20.ª Penalidades contratuais

1. O incumprimento dos prazos estabelecidos para a execução de qualquer fase da prestação de serviços contratada, por factos não resultantes de motivo de força maior, ou cuja justificação não haja sido aceite pelo Município de Miranda do Douro, pode determinar a aplicação de penalidades ao prestador de serviços, calculadas diariamente, pela aplicação, ao valor da prestação de honorários da fase em curso, das seguintes permissões:

- a. 1‰ (um por mil), nos primeiros quinze dias;
- b. 2‰ (dois por mil), a partir do décimo sexto e até ao trigésimo dia;
- c. 3‰ (três por mil), a partir do trigésimo primeiro e até ao quadragésimo quinto dia; e
- d. 4‰ (quatro por mil), a partir do quadragésimo sexto dia.

2. Em caso de resolução do Contrato por incumprimento imputável ao prestador de serviços, o Município de Miranda do Douro pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 10 % (dez por cento) do valor de honorários vincendos.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1 da presente cláusula, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do Contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Miranda do Douro, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. Nas situações enquadráveis no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do mesmo diploma legal, deverá ser assegurado ao prestador de serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo, relativamente à intenção de aplicação da sanção.

6. O Município de Miranda do Douro, pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do

Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Miranda do Douro, exija uma indemnização pelo dano excedente.

8. A aplicação das penalidades previstas na presente cláusula não poderá ultrapassar os limites previsto no artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.

9. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações pecuniárias, tem o prestador de serviços direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o período correspondente à mora.

10. Em caso de desacordo sobre o montante devido pagos nos termos do número anterior aplicar-se-á o estabelecido no artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a. circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b. greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c. determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d. manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e. incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f. avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g. ocorrência de epidemias que não sejam declaradas pandemias;

- h. eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 22.ª Resolução por parte do Município de Miranda do Douro

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, o Município de Miranda do Douro pode resolver o Contrato em caso de incumprimento definitivo por fato imputável ao prestador do serviço das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º do Código dos Contratos Públicos.
2. No caso previsto no número anterior, o Município de Miranda do Douro, pode exigir ao prestador do serviço, uma pena pecuniária até 10 % do preço contratual sem prejuízo de responsabilidade civil nos termos gerais do direito.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da cláusula anterior, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva execução tenha determinado a resolução do Contrato, não podendo, no entanto, o valor da sanção pecuniária a pagar pelo prestador do serviço, prevista no número anterior, ser de montante inferior a 5 % do preço contratual.
4. Considera-se incumprimento definitivo do Contrato, imputável ao prestador do serviço, o atraso ou incumprimento grave e reiterado da boa execução dos serviços e/ou dos prazos do fornecimento objeto do Contrato a celebrar.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Miranda do Douro tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.
7. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pelo Município de Miranda do Douro, não preclude o direito de o mesmo vir a ser ressarcido pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do prestador do serviço nos termos gerais do direito.
8. O Município de Miranda do Douro, independentemente da conduta do prestador do serviço, reserva-se, ainda, o direito de resolver o Contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do Código dos Contratos Públicos.
9. A rescisão será feita mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula 23.ª Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços

pode resolver o Contrato quando:

- a. qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25 % (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º Código dos Contratos Públicos;
- b. se por facto imputável ao Município de Miranda do Douro, não se verificar a aprovação de qualquer fase contratada dos projetos, no prazo correspondente ao dobro do fixado para a verificação daquele ato, ou de 30 (trinta) dias, se aquele for inferior a este lapso de tempo, e desde que demonstrado pelo prestador de serviços que a manutenção do Contrato causa grave prejuízo;
- c. se se verificar a suspensão da eficácia do Contrato por período superior a 180 (cento e oitenta) dias por causa não imputável ao prestador de serviços;
- d. por razões imputáveis ao Município de Miranda do Douro, as obras não tenham sido iniciadas no prazo de 3 (três) anos após a data de entrega dos projetos de execução objeto deste Contrato;
- e. a impossibilidade de cumprimento de algumas das cláusulas contratuais por parte do Município de Miranda do Douro, possa gerar grave prejuízo ou dano para os seus direitos e legítimas expectativas;
- f. ocorra o incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao Município de Miranda do Douro.

2. No caso previsto na alínea a) do n.º 1 da presente cláusula, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou quando a manutenção do Contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do prestador de serviços, ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3. Nos casos previstos nas alíneas a) a d) do n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Miranda do Douro, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

5. Verificando-se a resolução do Contrato por facto imputável ao Município de Miranda do Douro, terá o prestador de serviços direito às seguintes indemnizações:

- a. o quantitativo correspondente ao valor dos honorários atribuível ao trabalho na fase em curso;
- b. 10 % (dez por cento) das fases que se seguem.

CAPÍTULO V CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 24.ª Caução

É dispensada a prestação da caução por aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 25.ª Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contrato de seguro, dos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos exclusivamente no decurso da sua atividade de projetista, nomeadamente no decurso da elaboração do Projeto de Execução.
2. O prestador de serviços deverá acautelar a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil para os técnicos abrangidos pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, de acordo com o artigo 24.º do referido diploma e demais, legislação aplicável em vigor à data da celebração do Contrato.
3. O capital seguro deverá ser igual ou superior ao valor dos honorários desta prestação de serviços.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 26.ª Subcontratação e cessão da posição contratual

1. Ressalvadas as exceções previstas no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, são admitidas a subcontratação e a cessão da posição contratual, desde que comunicados por escrito e devidamente autorizadas pela outra parte.
2. A autorização da cessão contratual e da subcontratação depende de prévia apresentação dos documentos de habilitação da nova parte, que sejam exigidos ao cedente/subcontratante na fase de formação do Contrato em causa, bem como do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade financeira e técnica por parte do cessionário/subcontratado.
3. Para efeitos da cessão de posição contratual e da subcontratação, no decurso da fase de execução, será apresentada à entidade adjudicante uma proposta fundamentada e instruída com os documentos referidos no ponto anterior.

Cláusula 27.ª Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações referentes a contactos constantes do Contrato deve ser

comunicada à outra parte.

Cláusula 28.ª Contagem dos prazos

Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, conforme dispõe a alínea b) do número um do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 29.ª Alteração ao Contrato

Qualquer alteração a introduzir no Contrato no decurso da sua execução ou prorrogação do mesmo, será objeto de acordo prévio entre as partes.

Cláusula 30.ª Resolução de litígios e foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 31.ª Legislação aplicável

O presente procedimento e o Contrato são regulados pela legislação portuguesa em vigor.

PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS E ESPECIAIS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª Objeto da intervenção

1. O projeto em epígrafe tem por intuito a consolidação, musealização e valorização do Castelo de Miranda do Douro, através da criação de percursos de acesso às torres da Porta da Nossa Senhora do Amparo, à alcáçova e à Barreira Nova do Castelo de Miranda do Douro e da consolidação de estruturas, nomeadamente a muralha secundária, a Barreira Nova e a Torre Hexagonal do Castelo de Miranda do Douro.

2. A intervenção pretendida corresponde a uma futura candidatura apresentada no Aviso NORTE2030-2024-31, publicado a 12 de julho de 2024, designado por Cultura – Iniciativas Âncoras Regionais (“Rotas do Norte”), lançado pelo Norte 2030, Programa Regional do Norte e cofinanciado pela União Europeia, e aprovado pela Deliberação CIC n.º 10/2024/PL: Aprovação do Plano Anual de Avisos (mai.2024/abr. 2025), a 28 de março, pelo que a elaboração dos estudos e projetos a realizar no âmbito desta prestação de serviços deverão ser desenvolvidos de modo a cumprir com as premissas que aquele Aviso impõe e que lhes sejam aplicáveis.

Cláusula 2.ª Local de intervenção

O projeto de requalificação prende-se com o Castelo de Miranda do Douro, classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto nº 40 361, DG, 1.ª série, n.º 228 de 20 outubro 1955 / ZEP, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 185 de 09 agosto 1957. As áreas a intervencionar são duas. A primeira área de intervenção localiza-se a Norte, na continuidade da zona já intervencionada. A segunda área de intervenção prende-se com o lado Oeste da muralha do Castelo de Miranda do Douro e das Torres da Porta da Nossa Senhora do Amparo. O percurso iniciará ao pé do cruzeiro do Espírito Santo e terminará na Rua do Toural.

As áreas a intervencionar e a sua respetiva localização são apresentadas como anexo neste Caderno de Encargos.

Cláusula 3.ª Descrição da intervenção

Na primeira área de intervenção, a requalificação visa dar continuidade à consolidação, musealização e valorização das estruturas pertencentes ao Castelo de Miranda do Douro, recentemente intervencionadas aquando da execução do Projeto “Castelos A Norte” (código NORTE-04-2114-FEDER-00054) - Requalificação da Muralha Medieval/Moderna do Castelo de Miranda do Douro. A criação do percurso nesta área pretende ser uma ligação aos percursos já existentes e consolidados. Apesar de anteriormente não existir nenhuma porta ou ligação entre esta área e a Alcáçova do Castelo, selada pelas muralhas, a tendência do visitante é irromper pelas estruturas musealizadas, usando-as como passagem. Neste sentido, urge criar uma

passagem fictícia no sentido de minimizar este impacto negativo sobre as edificações. Esta estrutura de passagem incluiria também duas outras, em que o visitante teria acesso pela parte exterior Norte da alcáçova ao lado Oeste para visualizar o Rio Fresno e contemplar a Norte o embasamento da Torre Hexagonal, a continuação da muralha secundária e a alteração desta última com a edificação da Barreira Nova e as suas troneiras. Um dos percursos seria por cima das estruturas e um outro ao lado da Barreira Nova, permitindo ao visitante aceder às troneiras. Nesta área, será inclusive desmontada parte da Barreira Nova devido à ação destruidora de umas raízes de uma figueira. Esta está a abrir uma brecha numa das troneiras, encontrando-se já entivada como medida de segurança. As estruturas a serem consolidadas e musealizadas são: a muralha secundária, a Torre Hexagonal e a Barreira Nova. O embasamento da Torre de Menagem e sua respetiva localização, terão que ser demarcados.

Na segunda área de intervenção, o objetivo do projeto prende-se com a permissão do visitante aceder às Torres e apreciar a vista paisagística em redor das mesmas. O percurso iniciará ao pé do cruzeiro do Espírito Santo e terminará na Rua do Toural. Numa área do percurso, o passeante irá caminhar no adarve da muralha e, em outro ponto da mesma, existem umas escadas de difícil acesso, íngremes, sendo necessário criar uma estrutura de escadaria acessível e segura. Neste percurso, as condições de segurança são uma prioridade.

Em ambos os locais de intervenção será instalada iluminação cénica, inexistente até hoje. Os projetores a instalar serão LED de forma a enaltecer as muralhas, Alcáçova e Torres do Castelo de Miranda do Douro.

Cláusula 4.ª Elementos a fornecer pelo Município de Miranda do Douro

1. O Município de Miranda do Douro, adiante designado por Município ou Dono de Obra, para além dos elementos constantes deste Caderno de Encargos, fornecerá as informações que entender ter relevância para a elaboração do projeto.
2. O Município de Miranda do Douro fornecerá o levantamento topográfico georreferenciado, elaborado pela Divisão das Obras Municipais do Município.
3. O Município de Miranda do Douro promoveu nos últimos anos intervenções arqueológicas que colocaram a descoberto as várias estruturas já musealizadas e a serem musealizadas. A equipa de arqueologia do Município prestará todo o auxílio e todas as plantas e cortes, assim como demais informações, necessárias para a boa prossecução do projeto.
4. O Município de Miranda do Douro proporcionará, sempre que possível, apoio ao prestador de serviços, adiante designado por Projetista, promovendo as solicitações que por diligências lhe sejam indicadas pelo mesmo, como sejam pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com as entidades envolvidas no processo de aprovação do projeto.

Cláusula 5.ª Constituição da equipa projetista

1. A equipa de projeto, adiante designada por equipa projetista, terá de ser uma equipa multidisciplinar a apresentar pelo Projetista, constituída pelo coordenador de projeto e pelos técnicos autores que assegurem as especialidades necessárias à elaboração dos seguintes estudos que constituirão o projeto:

- a) Arquitetura;
- b) Fundações e estruturas;
- c) Fornecimento e instalação de projetores e respetiva instalação elétrica para o estabelecimento da iluminação cénica;
- d) Plano de acessibilidades;
- e) Segurança Integrada.

2. A equipa projetista referida no número anterior deve observar o estipulado na Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, alterada pelas Lei n.º 40/2015 de 1 de junho e Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, e demais, legislação aplicável quanto à qualificação dos respetivos técnicos autores.

3. Para além da equipa definida nos números anteriores o Projetista obriga-se a afetar todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviço.

4. Os colaboradores a que o Projetista recorra para a execução da Prestação de Serviços ficarão sujeitos à fiscalização, direção e autoridade do Projetista, pelo que este se compromete a assegurar o cumprimento de todas as normas legais, regulamentares e convencionais aplicáveis à relação que estabeleça com esses colaboradores, designadamente as relativas à entrada e permanência de estrangeiros no território da jurisdição aplicável ao Contrato, sendo o único e integral responsável pelas obrigações que para si resultem da legislação aplicável.

5. O Projetista é responsável por todos os trabalhos ou serviços prestados, independentemente do seu executante, responsabilizando-se por todos os atos e/ou omissões destes e pelos incumprimentos contratuais decorrentes de conduta dos mesmos ou de terceiros que use no âmbito do Contrato, devendo também assegurar o cumprimento de todas as normas legais, regulamentares e convencionais aplicáveis à relação que estabeleça com os Colaboradores que afete aos serviços.

6. O Projetista é exclusiva e integralmente responsável pelas prestações, custos e despesas referentes aos Colaboradores incluindo designadamente obrigações salariais, tributárias, de segurança social, de seguros, subsídios, indemnizações (nomeadamente pela cessação de relações laborais), promoção de higiene, segurança e saúde no trabalho e quaisquer outras decorrentes da legislação aplicável.

7. A identificação dos vários técnicos autores que integram a equipa projetista, com identificação do coordenador de projeto, ficará discriminada no Contrato.

8. Os membros da equipa projetista a alocar à prestação de serviços deverão corresponder à lista de membros da equipa apresentada com a proposta adjudicada no âmbito do presente procedimento.
9. A equipa projetista só pode ser alterada mediante prévio e expresse consentimento do Município.
10. Cada um dos técnicos autores que integram a equipa projetista, está obrigado a efetuar um seguro de responsabilidade civil extracontratual, de acordo com o previsto no Artigo 24.º da citada Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação.

Cláusula 6.ª Faseamento do projeto

1. O projeto a realizar deve desenvolver a descrição da intervenção conforme a 3.ª cláusula das Técnicas Especiais elaborada pelo Município e apresentada neste Caderno de Encargos, e desenvolver-se nos termos estabelecidos pela Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, de acordo com as fases a seguir indicadas, atendendo à especificidade própria que decorre da existência desta descrição e da não existência dos respetivos projetos de engenharia:

1.1. FASE 1: Anteprojeto e Licenciamento

- a) Elaboração e entrega do anteprojeto, ou projeto base de todos os estudos referidos nas alíneas b) a e) do n.º 1 da cláusula anterior, podendo ser propostas pelo Projetista alterações e/ou adaptações à descrição da intervenção conforme a 3.ª cláusula das Técnicas Especiais elaborada pelo Município e apresentada neste Caderno de Encargos, desde que resultantes das medidas propostas na descrição referida na alínea anterior e/ou necessárias para a compatibilidade entre os diversos projetos e/ou para assegurar as condições necessárias ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis a cada especialidade e/ou às exigências deste Caderno de Encargos;
- b) A elaboração do anteprojeto, ou projeto base deve dar cumprimento ao disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e demais, legislação aplicável, e ser constituído por todas as peças referidas nos artigos 6.º, 18.º 31.º e 67.º daquela Portaria que sejam aplicáveis;
- c) Preparação e entrega da documentação necessária para efeitos de licenciamento nas entidades competentes e respetiva submissão;
- d) O anteprojeto ou projeto base só se considera concluído após pareceres favoráveis emitidos por todas as entidades externas.

1.2. FASE 2: Projeto de Execução

- a) A elaboração desta fase corresponde ao desenvolvimento do anteprojeto aprovado na fase anterior pelo Município e só deve ser desenvolvido após a referida aprovação;
- b) O Projeto de Execução deverá ser constituído por todos os documentos, escritos ou desenhados que caracterizam as diferentes partes de um projeto e que, no seu todo, deverão apresentar-se como um conjunto coordenado de informações escritas e desenhadas, de fácil

e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra, obedecendo ao disposto na legislação e regulamentação aplicável, e deve integrar, para além do Projeto ordenador, todos os projetos das várias especialidades necessárias a uma correta execução, em obra, da proposta de solução aprovada pelo Município;

c) A elaboração do Projeto de Execução deve dar cumprimento ao disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e demais, legislação aplicável e ser constituído por todas as peças referidas nos artigos 7.º, 19.º, 32.º e 68.º daquela Portaria que sejam aplicáveis;

d) Deve ser assegurada a Coordenação do Projeto, nomeadamente no que se refere à coordenação das atividades dos vários intervenientes no projeto, garantindo a adequada articulação da equipa de projeto e assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares, tal como definido no Artigo 8.º da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto;

e) Em caso de revisão do projeto de execução a elaborar por equipa externa a contratar pelo Município para esse efeito, nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos, serão aplicadas as disposições da cláusula 6ª seguinte deste Caderno de Encargos;

f) Deve ser considerado um valor de obra que não deverá exceder o valor € 300.000,00 (trezentos mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a futura candidatura apresentada no Aviso NORTE2030-2024-31, publicado a 12 de julho de 2024, designado por Cultura – Iniciativas Âncoras Regionais (“Rotas do Norte”), lançado pelo Norte 2030, Programa Regional do Norte e cofinanciado pela União Europeia, e aprovado pela Deliberação CIC n.º 10/2024/PL: Aprovação do Plano Anual de Avisos (mai.2024/abr. 2025), a 28 de março, pelo que a elaboração dos estudos e projetos a realizar no âmbito desta prestação de serviços deverão ser desenvolvidos de modo a cumprir com as premissas que aquele Aviso impõe e que lhes sejam aplicáveis.

1.3. FASE 3: Assistência Técnica

a) O Projetista tem o direito de exigir e a obrigação de garantir a Assistência Técnica necessária à boa execução da obra.

b) A Assistência Técnica deve ser prestada, quer na fase do procedimento de formação de Contrato até à adjudicação da obra, quer durante a execução da obra.

c) As atividades relativas à assistência à obra são definidas pela Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, e incluem a produção de quaisquer peças escritas e/ou desenhadas necessárias à compreensão do projeto ou esclarecimento dessas dúvidas.

2. O desenvolvimento do projeto poderá ser ajustado à respetiva especificidade, por acordo entre o dono da obra e o projetista, caso este proponha outros elementos por si considerados adequados ou constantes de regulamentação específica aplicável.

Cláusula 7.ª Forma de prestação do serviço

1. Logo após a assinatura do Contrato, o Município convocará o Projetista para a 1.ª reunião de acompanhamento a realizar no prazo de 5 dias, a contar da data de celebração do referido Contrato.
2. O Município, representado pelo Gestor do Contrato para as fases de elaboração de projeto, acompanhará a execução das Fases 1, 2 e 3 da presente prestação, através de reuniões com periodicidade a definir, obrigando-se o Projetista a assegurar a presença do Coordenador de Projeto, e, se necessário, acompanhado dos projetistas responsáveis pelas especialidades, nessas reuniões e em quaisquer outras que o Município vier a marcar, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias.
3. Compete ao Município elaborar a ata das reuniões mencionadas no ponto anterior, tendo o Projetista um prazo de 2 (dois) dias a contar da data da receção da mesma para a confirmar e suscitar os aditamentos que entenda convenientes, considerando-se a mesma tacitamente aceite, em caso de não pronúncia após esse prazo, por parte do Projetista.
4. A referida ata deverá ser acompanhada de relatório do Projetista que contenha informação circunstanciada sobre o desenvolvimento dos trabalhos objeto da fase em curso e que deverá ser entregue em cada uma das reuniões referidas anteriormente.
5. O cumprimento das obrigações do Projetista na Fase 3 será acompanhado pelo Município, representado pelo Gestor do Contrato para a fase de assistência técnica, designado para a gestão e acompanhamento do contrato da Empreitada.
6. Nesta fase de realização da obra e no âmbito da assistência técnica ao projeto, o coordenador de projeto e, quando se justifique, os projetistas das especialidades, participarão, sempre que necessário e mediante convocatória prévia enviada, no mínimo, com 48 horas de antecedência, nas reuniões de obra, e respetiva programação e coordenação, assim como nos contatos com consultores, fornecedores e empreiteiros.
7. No final da execução do Contrato, o projetista deve elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do Contrato.
8. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo projetista devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 8.ª Revisão do projeto

1. O projeto elaborado no âmbito do presente Contrato poderá ser objeto de revisão.
2. Quando o projeto for sujeito a revisão o Projetista deverá responder, sempre que lhe for solicitado, às questões/ pedidos de esclarecimento em sede de revisão.
3. Caso no processo de revisão resultem propostas de alteração, no todo ou em parte, do conteúdo do Projeto de Execução, o Projetista é responsável por decidir, mediante justificação detalhada, em documento elaborado para o efeito, se tais propostas de alteração devem ser acatadas.

4. A apreciação do Projetista sobrepõe-se ao parecer do Revisor, salvo nos casos em que o Município se oponha expressamente apresentando fundamentos, circunstância em que prevalecerá a vontade deste último.
5. Compete ao Projetista fornecer os projetos alterados de acordo com as conclusões do processo de revisão.
6. Os esclarecimentos e/ou as alterações indicadas nos pontos anteriores devem ser entregues pelo Projetista no prazo definido para o efeito, a contar da data da notificação do Município.
7. O Projetista será solidariamente responsável com a Entidade Revisora do projeto, relativamente aos serviços por si prestados e que tenham sido objeto de alteração na sequência das conclusões do processo de revisão.

Cláusula 9.ª Análise e aprovação do projeto

1. A aprovação do projeto objeto do Contrato terá lugar após a apreciação do mesmo pelo Município, considerando, entre outros aspetos, a conformidade do Projeto com as condições e as indicações constantes deste Caderno de Encargos, na sequência da entrega pelo Projetista dos respetivos elementos.
2. O Projetista, caso o Município tenha solicitado alterações, correções e/ou melhorias por forma a que o projeto cumpra o Caderno de Encargos, deverá proceder às alterações necessárias no prazo razoável que vier a ser fixado.
3. Findo o prazo referido no número anterior, será entregue ao Município a versão em papel e a versão digital de todos os elementos que compõem a prestação de serviços em causa (peças escritas e desenhadas), na sua versão final.
4. Os elementos entregues na sua versão final são novamente analisados pelo Município e todos os comentários, incluindo desconformidades ou ajustamentos necessários ao conteúdo dos projetos, serão comunicados ao Projetista.
5. Em prazo a definir pelo Município, o Projetista entregará àquele, em suporte informático, o conjunto de todos os elementos devidamente corrigidos, nos termos definidos neste Caderno de Encargos.
6. Cumpridas as obrigações constantes da presente cláusula, o Município procederá à aprovação definitiva de todos os elementos que compõem a aquisição de serviços.

Cláusula 10.ª Modo de apresentação do projeto

1. As peças escritas serão apresentadas com as dimensões normalizadas DIN A4 (210 mm x 297 mm) e, nos casos em que se justifique, em DIN A3 (297 mm x 420 mm). Deverão ser disponibilizados os respetivos ficheiros com as extensões .pdf ou .xls.
2. As peças desenhadas serão apresentadas em dimensões normalizadas DIN (A3, A2, A1 e A0), de uma forma sistematizada e uniformizada, a acordar com o Grupo de Trabalho do Município, devendo ser disponibilizados os respetivos ficheiros com as extensões .Pdf e .dwf.

3. Os elementos que integram as várias fases de projeto resultantes da prestação de serviços, serão devidamente subscritos pelos respetivos autores, devendo ser apresentados 3 (três) exemplares em suporte de papel, além do original em suporte digital (pen drive), incluindo as necessárias declarações de conformidade e termos de responsabilidade.

Cláusula 11.ª Trabalhos ou serviços complementares

1. Quaisquer estudos ou tarefas não compreendidas na proposta aprovada ou nos projetos, tarefas e elementos previstos para as Fases 1 a 3, serão considerados como trabalhos ou serviços complementares, e, portanto, serão objeto de aditamento ao presente Contrato, por comum acordo entre as partes, nos termos do Artigo 454.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Não serão considerados trabalhos complementares a elaboração das Telas Finais, desde que não exista alteração substancial à proposta aprovada e adjudicada inicialmente pelo Município.

Cláusula 12.ª Apreciação e certificações de projeto

1. Compete ao prestador de serviços instruir os processos de modo a obter, junto das entidades externas certificadoras, a emissão de pareceres favoráveis que se revelem obrigatórios nos termos da legislação em vigor, bem como os necessários ao pleno cumprimento da prestação de serviços.
2. O disposto no número anterior não invalida que o Município tenha de assegurar, na qualidade de entidade requerente, a subscrição dos formulários que o prestador submeta para esse efeito, assim como o pagamento de todas as taxas relativas à instrução dos processos junto das entidades licenciadoras e certificadoras.
3. Os processos mencionados no nº 1 da presente cláusula deverão submetidos à apreciação pelas entidades externas na Fase 1 referida na Cláusula 5ª.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Secção I Princípios de intervenção

Cláusula 13.ª Orientações conceptuais

1. O projeto deverá basear-se em conceitos fundamentais como a simplicidade, flexibilidade e funcionalidade, aplicando soluções construtivas e técnicas que apresentem boa exequibilidade e execução eficiente dentro dos prazos definidos, bem como uma relação vantajosa entre o custo da intervenção e as soluções de eficiência energética e sustentabilidade propostas, para o que deverá:
 - a) incorporar estratégias de sustentabilidade, de modo a ter capacidade de obter certificação de sustentabilidade através de sistemas reconhecidos internacionalmente (âmbitos: projeto, construção e manutenção);

- b) aplicar soluções ligadas à sustentabilidade, passíveis de ser mensuradas em sistemas de certificação de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente, compatíveis com os objetivos gerais de projeto;
 - c) privilegiar um sistema construtivo composto por materiais locais, de reduzida pegada ambiental e um ciclo de vida com durabilidade e manutenção eficientes;
 - d) assegurar a otimização e eficiência do projeto em função do limite orçamental definido.
2. As soluções propostas ao nível do projeto devem assegurar a eficácia física e funcional do edificado, garantindo a devida adequação ao Projeto Base de Arquitetura, promovendo:
- a) espaços seguros, acessíveis e inclusivos onde todos os cidadãos acedam com facilidade, independentemente de mobilidade condicionada ou de necessidades especiais;
 - b) soluções espaciais, construtivas e ambientais duradouras, que garantam o baixo custo de gestão e manutenção e aumentem o ciclo de vida das construções.
3. O projeto deve ser desenvolvido na procura de soluções que cumpram com as exigências essenciais desta tipologia de intervenção, atendendo à sua natureza específica e à necessidade de as articular com a durabilidade das componentes da intervenção, numa perspetiva de CV – Ciclo de Vida da construção, para o que o projeto deverá identificar as melhores soluções para o bom desempenho da obra e para a eficiência da respetiva manutenção e durabilidade da intervenção.

Cláusula 14.ª Condicionantes conceptuais

1. No desenvolvimento da proposta deverão ser consideradas pelo Projetista as seguintes condicionantes:
- a) viabilidade de obra em consonância com as funções e atividades previstas para cada um dos espaços existentes;
 - b) qualificação de acessos, integrados na área de intervenção;
 - c) proposta de soluções de sustentabilidade mensuráveis;
 - d) adequação da solução projetada ao limite máximo da estimativa de custos total da obra.
2. As propostas apresentadas deverão adaptar-se às contingências económicas atuais, procurando aliar soluções de criatividade a soluções de custo racionalizado e de rapidez de execução, de modo a cumprir não só com o valor máximo estimado para o custo da intervenção (em estrutura edificada e requalificada) que se estima em **€ 300.000,00 (trezentos mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Secção II Requisitos especiais

Cláusula 15.ª Resíduos de construção e demolição

1. O projeto deverá integrar as soluções consideradas mais adequadas e que melhor contribuam para assegurar que durante a fase de construção/conservação/manutenção do edifício sejam garantidas as seguintes premissas:

- a) privilegiar a inclusão de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados, relativamente à quantidade total de matérias-primas utilizadas na construção;
- b) aplicar os princípios de prevenção, redução e da hierarquia de gestão de resíduos, no projeto do edifício, apresentando um plano de prevenção e gestão de Resíduos de Construção e demolição (RCD) para esse efeito, integrando informação sobre os locais para armazenamento preliminar e os destinos finais licenciados, documentação associada ao transporte intermédio e final;
- c) assegurar que em obra seja aplicada uma metodologia de triagem de RCD, devendo os mesmos ser mantidos no local de produção, o mínimo de tempo possível, de acordo com o princípio da proteção da saúde humana e do ambiente;
- d) prever que a gestão dos resíduos resultantes das obras que correspondam às atividades construtivas e/ou de manutenção/conservação, nomeadamente a sua recolha, triagem, armazenamento, carga e o seu encaminhamento para destino final licenciado, serão da responsabilidade da(s) empresa(s) que realize(m) aquelas obras, devendo constituir uma obrigação e um encargo financeiro da(s) mesma(s);
- e) privilegiar a “economia circular”, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos, devendo as obras ser promovidas nos termos do novo regime geral da gestão de resíduos e do novo regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que transpõe para a legislação nacional as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852.

2. Na elaboração do plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD), que constitui condição da receção da obra e cujo cumprimento, é demonstrado através da vistoria, terá de ser previsto que os operadores económicos responsáveis pela intervenção devem garantir que, pelo menos, 70% (em peso) dos resíduos de construção e demolição não perigosos (excluindo os materiais naturais referidos na categoria 17 05 04 na Lista Europeia de Resíduos pela Decisão 2000/532 / CE) produzidos serão preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, incluindo operações de enchimento usando resíduos para substituir outros materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos, recorrendo para o efeito a operadores de gestão de resíduos devidamente licenciados, sempre que a legislação nacional assim o exija.

Município de Miranda do Douro, 03 de dezembro de 2024

A Presidente da Câmara Municipal,



(Helena Maria da Silva Ventura Barril, Dr.ª)